

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 322.613 - RJ (2013/0094917-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : LUIZ ROBERTO MARTINS E OUTRO
ADVOGADO : HUGO LEITE JERKE E OUTRO(S) - RJ107177
AGRAVADO : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADOS : DANIELE CESCA TAMAGNO E OUTRO(S) - RS060896
GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS E OUTRO(S) - RS056630
DALENE FRAGA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS065302
ADVOGADA : FERNANDA ROSA SILVA MILWARD CARNEIRO E OUTRO(S) - RJ150685

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por LUIZ ROBERTO MARTINS e MARIA BELA PIZETTI MARTINS contra decisão exarada pela il. Presidência do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que inadmitiu o recurso especial.

Cuidam os autos, na origem, de embargos à execução opostos por LUIZ ROBERTO MARTINS e MARIA BELA PIZETTI MARTINS contra CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI.

O il. Magistrado julgou parcialmente procedente o pedido (sentença às fls. 303/309).

Diante disso, LUIZ ROBERTO MARTINS e MARIA BELA PIZETTI MARTINS interpuseram apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TJ-RJ, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 394):

APELAÇÕES. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA HIPOTECÁRIA. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. O PRAZO QUINQUENAL SOMENTE SE INICIA COM A ENTRADA EM VIGOR DO CC/02, DE FORMA QUE ÀS PRESTAÇÕES ANTERIORES APLICA-SE O PRAZO PRESCRICIONAL VINTENÁRIO, PREVISTO NO CC/16. AUSÊNCIA DE REGISTRO NÃO ANULA A EXECUÇÃO POR SER JUDICIAL, E NÃO EXTRAJUDICIAL PREVISTA NO DEC-LEI 70166. PELO MESMO MOTIVO, NOTIFICAÇÕES EXTRAJUDICIAIS SEM APONTAR O VALOR DEVIDO NÃO DESCARACTERIZAM A EXECUÇÃO. A NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NÃO CONSTITUI A MORA, SOMENTE A COMPROVA. APLICABILIDADE DO CDC À HIPÓTESE,

TENDO EM VISTA QUE A EMBARGADA SE ENQUADRA NO CONCEITO DE FORNECEDOR PREVISTO NO ART. 3º DO CDC. LAUDO PERICIAL QUE APONTOU O VALOR DEVIDO LIVRE DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS EM CONFORMIDADE COM A IMPOSSIBILIDADE DE ANATOCISMO EM PRAZO INFERIOR A 1 ANO. NEGADO PROVIMENTO A AMBOS OS RECURSOS

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão às fls. 410/415).

Inconformados, LUIZ ROBERTO MARTINS e MARIA BELA PIZETTI MARTINS interpuseram recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, no qual alegam violação do art. 206, § 5º, inciso I, do CC; dos arts. 219 e 618 do CPC/73; do art. 2º, inciso I, da Lei n.º 5.741/71; e do art. 31, § 1º, do Decreto-Lei n. 70/1966.

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido às fls. 470/475.

Irresignados, LUIZ ROBERTO MARTINS e MARIA BELA PIZETTI MARTINS manejaram o presente agravo em recurso especial refutando os fundamentos da decisão que inadmitiu seu apelo nobre.

Não foi apresentada contraminuta (fl. 490).

É o relatório. Decido.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

No apelo nobre que pretendem trânsito, sustentam os recorrentes a violação do art. 206, § 5º, inciso I, do CC; do art. 219 do CPC/73, ao argumento que a pretensão do recorrido encontra-se fulminada pela prescrição. O eg. TJ-RJ, por seu turno, afastou a ocorrência de prescrição, sob o fundamento de que o caso em análise submete-se ao art. 2028 do CC/02. Diante disso, ressaltou que o termo inicial do prazo de 5 anos se dá com a entrada em vigor do referido diploma normativo. Para fins demonstrativos, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fls. 396/397):

"Cinge-se a controvérsia acerca da prescrição da obrigação e das parcelas vencidas até 05 anos da data da citação, da nulidade da execução pela não comprovação da inscrição do registro da hipoteca com a respectiva dívida na matrícula do imóvel e pela ausência de notificação pessoal para purgar a mora além, do excesso de execução.

Em relação à prescrição, observa-se que o contrato celebrado entre as partes regula mútuo feneratício com prazo para pagamento em 240 meses (fls. 30/39) sendo que a primeira parcela com atraso no pagamento ocorreu em abril de 1998 (fls. 41/46). A partir daquela data iniciou-se a contagem do prazo prescricional de vinte anos, conforme previsto no art. 177 do Código Civil de 1916, por se tratar de relação jurídica de natureza pessoal.

No entanto, em 2003 entrou em vigor o novo Código Civil, que previu prazo prescricional de 05 anos para pretensões de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

Assim dispõe o art. 2.028 do novo CC:

(...)

O prazo prescricional transcorrido até então era de aproximadamente 05 anos, inferior à metade. Destarte, a partir da entrada em vigor do novo Código Civil, começou a contar o novo prazo, de 05 anos, de forma que não foram fulminadas pela prescrição nenhuma das prestações em atraso."

Com efeito, não é possível alterar a conclusão do v. acórdão estadual, pois o marco interruptivo da prescrição é matéria probatória, cuja análise é impedida pela Súmula 7/STJ. Cumpre esclarecer ainda que a interrupção retroage à propositura da ação, nos moldes do art. 240, § 1º, do CPC/73.

Além disso, a parte não impugnou o fundamento relativo ao início do prazo prescricional, que se dá com a data de vigência do Código Civil de 2002, consoante art. 2028.

Outrossim, o recurso também não merece acolhimento quanto ao art. 2º, inciso I, da Lei n.º 5.741/71; e do art. 31, § 1º, do Decreto-Lei n. 70/1966. Sob as mencionadas ofensas, afirma-se que o título carece de força executiva, pois não há o registro da hipoteca. O eg. TJ-SP, por sua vez, destacou que a existência do prévio registro, conforme dispõe o art. 29 do Decreto-Lei n. 70/1966, apenas se destina à execução **extrajudicial**. No caso sob análise, contudo, o exequente optou pela execução judicial, pois

está munido de instrumento líquido, certo e exigível. Para fins demonstrativos, colaciona-se o trecho correlato do v. acórdão:

"No que tange à nulidade pela falta do registro da hipoteca, assim dispõe o art. 29 caput do Decreto-Lei 70/66:

Art. 29. As hipotecas a que se referem os artigos 9º e 10 e seus incisos, quando não pagas no vencimento, poderão, à escolha do credor, ser objeto de execução na forma do Código de Processo Civil (artigos 298 e 301) ou deste decreto-lei (artigos 31 a 38).

Sendo assim, não há que se falar em nulidade pela ausência de registro, tendo em vista que o mesmo somente é exigido quando o credor opta pela realização de execução 4111 1 extrajudicial, conforme previsto no Decreto-Lei 70/66, o que não é o caso. A Embargada buscou o Judiciário para reaver ser crédito através de ação executória, trazendo aos autos o instrumento de escritura pública na qual estão descritas todas as cláusulas que regem o pactuado, o que demonstra que o negócio jurídico é plenamente válido. Assim, uma vez que a forma de execução pela qual optou o Embargante foi a descrita no CPC, tal formalidade é dispensada, desde que presentes os requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade do título executivo."

Nesse cenário, para se alterar o entendimento ora transcrito, quanto à existência de título com força executiva, seria necessária a revisão de matéria fático-probatória, o que é inadmissível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Além disso, o recurso não encontra respaldo quanto ao art. 618, inciso I, do CPC/73. Sob a referida ofensa, afirma-se que não houve notificação prévia dos recorrentes para perfectibilizar o título executivo. O eg. TJ-RJ, por sua vez, ressaltou que os recorrentes foram devidamente notificados. Além disso, destacou que a notificação não constitui o devedor em mora, conforme transcrição do seguinte excerto do v. acórdão objurgado (fl. 398):

"Pelo mesmo motivo não há que se falar em nulidade por ausência de notificação extrajudicial, a uma, porque o procedimento da execução é o do CPC, a duas porque às fls. 41/44 constam duas notificações extrajudiciais, dirigidas aos Embargantes, informando o atraso no pagamento das parcelas do financiamento. Note-se que não é a notificação que constitui o devedor em mora, apenas se trata de comprovar situação pré-existente."

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, verifica-se que o recurso esbarra novamente na Súmula 7/STJ. Isso porque a conclusão do eg. Tribunal estadual - quanto à ocorrência da notificação - baseou-se no acervo fático e probatório dos autos, cuja análise é inadmissível no recurso especial.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 30 de outubro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator